



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E ELEIÇÕES
COORDENADORIA DE ELEIÇÕES**

Processo Administrativo nº SEI 391/2024

Objeto: Aquisição de Pastas Malotes - Eleições 2024

ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES

1. Objetivo

1.1. Têm por objetivo os presentes Estudos Técnicos Preliminares identificar os problemas e estudar as soluções aplicáveis, por meio da documentação e reunião de elementos técnicos, mercadológicos, econômicos e ambientais necessários e suficientes para permitir a elaboração de termo de referência para aquisição de pastas malotes, à luz do disposto no art. 18, I e §1º, da Lei nº 14.133/2021 e na Instrução Normativa nº 58/2022 – SEGES/ME.

2. Descrição da necessidade da contratação

2.1. O presente estudo tem o propósito de evidenciar a necessidade de contratação de uma solução para o armazenamento e transporte do material destinado às seções eleitorais no dia da eleição, assim como do material para uso do pessoal de apoio logístico de cada local de votação.

2.2. Até o ano de 2012, o material das seções era todo guardado e transportado em pastas poliondas, que, além de trazerem um volume maior, levando à dificuldade de transporte de várias unidades para os locais de votação, ainda era de material frágil, facilmente amassável, com elásticos que perdiam a elasticidade e se rompiam facilmente e que possuíam aberturas em sua estrutura, permitindo a perda de pequenos objetos, como canetas e cliques de papel.

2.3. Como solução aos problemas das pastas poliondas, foram adquiridas as pastas malote de lona, que são usadas desde a Eleição de 2012, tornando o transporte de materiais mais prático e seguro, além de ser um material mais durável, mais maleável e de fácil armazenamento.

2.4. Em 2023 foi feito um levantamento de necessidade de aquisição de novas pastas entre as zonas eleitorais, e foi constatado que algumas dessas pastas adquiridas em 2012 já estão com zíperes danificados, mofadas, manchadas e com a costura se desfazendo, havendo a necessidade de troca.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E ELEIÇÕES
COORDENADORIA DE ELEIÇÕES

Além disso, com o aumento das seções eleitorais no Estado, há a necessidade de complementação desse material.

2.5. Apesar das novas pastas malote terem sido uma solução para os problemas das pastas poliondas, pois facilitou o transporte e guarda segura do material, na reunião de avaliação das eleições 2024, os servidores das ZEs que faziam parte do grupo que tratou das aquisições relataram críticas ao material, afirmando que a lona mofa com facilidade, e sugeriram a sua mudança na próxima aquisição. De fato, com o decorrer do tempo, algumas zonas relataram problemas de mofo nas pastas, que em algumas unidades, mesmo lavando e deixando ao sol, não foram resolvidos.

2.6. Em conversa com alguns fabricantes que utilizam esse e outros tipos de material na confecção de pastas, foi-nos relatado que existem alguns materiais bons para a utilização nesse tipo de malote, como o corvin ou lona fio 10, porém que não resolvem o problema do mofo e nem são tão resistentes como a lona, sendo a sua durabilidade muito menor.

2.7. Considerando que as pastas começaram a ser utilizadas em 2012, já possuindo 12 anos, não é incomum que algumas apresentem problemas no zíper, na costura e com o mofo, dependendo da região do Estado em que elas estão armazenadas. E vale salientar que a maioria das pastas ainda estão sendo e continuarão a ser utilizadas por muitas zonas eleitorais, que apenas receberão um complemento do material.

2.7. Desta forma, percebeu-se que o modelo utilizado atualmente supre as necessidades das zonas eleitorais.

2.8. Como essas pastas são personalizadas, há a possibilidade de contratação de uma empresa especializada que possa fornecer as pastas com as especificações sugeridas pelo TRE, com o brasão da Justiça Eleitoral e no material adequado para tal.

3. Descrição dos requisitos da contratação

3.1. Requisitos Orçamentários:

3.1.1. O valor previsto no Plano de Contratações Anual - PCA 2024 para esta demanda é de R\$ 108.000,00 (cento e oito mil reais). Desta forma, a solução mais viável terá como teto orçamentário o valor previsto no mencionado PCA.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E ELEIÇÕES
COORDENADORIA DE ELEIÇÕES

3.1.2. Caso o valor previsto seja ultrapassado, o TRE/RN deverá providenciar sobras orçamentárias para cobrir a diferença.

3.2. Requisitos técnicos:

3.2.1. A contratada deverá fornecer amostra da pasta malote antes da produção total, para efeito de aprovação e autorização do modelo apresentado ao TRE/RN, quando então serão avaliados o tecido empregado, a costura, o zíper, outros materiais utilizados e a qualidade da impressão da frase.

3.3. Requisitos temporais:

3.3.1. A solução deve ser provida até 01.08.2024, data do segundo ciclo de rotas em que o material referente às Eleições 2024 será enviado para os cartórios eleitorais.

3.4. Requisitos geográficos:

3.4.1. A futura contratada não precisa ter sede ou filial no Rio Grande do Norte, a não ser que a solução escolhida deixe expressa essa necessidade.

3.5. Requisitos operacionais:

3.5.1 A amostra deverá ser entregue na Seção de Planejamento e Logística de Eleições - SPLE, localizada na Sede do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte, à Av. Rui Barbosa, 215, Tirol, em Natal/RN.

3.5.2. Já as pastas malote deverão ser entregues na Seção de Gestão de Materiais - SEMAT, localizada no Centro de Operações da Justiça Eleitoral – COJE, situado à Rua da Torre, 534 – Tirol, em Natal/RN, das 13 às 18h, de segunda a quinta-feira e, de 8 às 13h, às sextas-feiras.

3.6. Requisitos de sustentabilidade:

3.6.1. A futura contratada deverá adotar as exigências contidas na Instrução Normativa nº 01/2010 – SLTI/MPOG, no que couber;

3.6.2. Também deverá ter conhecimento do Plano de Logística Sustentável do TRE/RN e adotar suas práticas no que for cabível.

3.7. Requisitos econômico-financeiros:

3.7. 1. Deverá ser previsto em Edital que a empresa licitante demonstre ter capacidade econômica para fins de contratar com o TRE/RN.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E ELEIÇÕES
COORDENADORIA DE ELEIÇÕES**

3.8. Requisitos fiscais e trabalhistas:

3.8.1. A empresa licitante deverá possuir regularidade com a Receita Federal, FGTS e Justiça Trabalhista. Sob nenhuma hipótese o TRE/RN homologará a licitação caso essas certidões de regularidade não tenham sido apresentadas;

3.8.2. Tais condições devem ser mantidas durante todo o período de contratação sob pena de rescisão contratual.

3.9. Requisitos administrativos:

3.9.1. A empresa licitante também deverá manter situação de regularidade junto ao CNJ (Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade) e o Portal de Transparência do Governo Federal (Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas) devendo manter essa condição durante toda execução contratual.

4. Levantamento de mercado

4.1. Considerando as soluções vislumbradas pela equipe de planejamento, foram encontradas três possibilidades que poderiam resolver o problema de guarda e distribuição de materiais para as mesas receptoras de voto:

4.1.1. A utilização de pastas poliondas, com abas elásticas. Elas já foram utilizadas por muitos anos, em eleições passadas, e são feitas de um material plástico resistente, porém sentiu-se a necessidade de substituí-las por modelos mais modernos e seguros, já que, devido às aberturas em sua estrutura, os materiais pequenos, como canetas e clips caem com facilidade. Além disso, os elásticos que fecham a pasta, após pouco tempo de uso, perdem a elasticidade, o material da pasta amassa com facilidade e por ser desmontada para o armazenamento, a cada montagem e desmontagem elas podem ser danificadas.

4.1.2. A aquisição de pastas malotes de corvin ou lona fio 10, que possuem algumas características das pastas malotes de lona, com algumas vantagens como um tecido mais fácil de lavar, no entanto não possui a resistência e a durabilidade das pastas malote de lona.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E ELEIÇÕES
COORDENADORIA DE ELEIÇÕES

4.1.3. A utilização de pastas malotes de lona, que também foram utilizadas em eleições passadas e ainda estão em uso por muitas zonas eleitorais, e são uma ótima opção dada a facilidade de armazenamento, a facilidade de transporte para as seções, assim como, a capacidade de armazenar muitos materiais. E apesar de existir a incidência de mofo em pastas armazenadas em algumas localidades do Estado, elas são muito resistentes, possuindo uma durabilidade grande e avaliadas como a melhor opção dentre as três apresentadas.

4.2. A unidade requisitante identificou que outros Regionais já adquiriram pastas malotes personalizadas, dada a durabilidade e comodidade na hora do armazenamento, a exemplo do TRE/MA, TRE/TO, TRE/PB, TRE/BA e TRE/PR, entre outros..

5. Descrição da solução como um todo

5.1. Para a confecção do material, a contratada deverá obedecer a seguinte especificação:

5.1.1. Pasta tipo malote personalizada, confeccionada em lona nylon 600, com alças de mão.

5.1.2. Especificações mínimas (dimensões em milímetros, com tolerâncias indicadas entre parênteses):

5.1.2.1. Formato: 400mm (+/- 10mm) x 300mm (+/- 10mm) (CxA) com foles expansivos de 50mm (+/- 5mm);

5.1.2.2. Material: Encerado em 100% algodão, fio 10, impermeabilizada por imersão em parafina, gramatura mínima 550g/m², resistência mínima à tração de 30 Kgf/cm no sentido da trama ou do urdume. Cor verde Stone;

5.1.2.3. Estruturada em vivo em todos os contornos do foles. Sem divisórias internas;

5.1.2.4. Alças de mão: Em número de duas, em cadaço de algodão largura 25mm da mesma cor da lona, aplicadas nas faces maiores através de dobra e costura reforçada (quadrado e X), com uso de reforço para costura na parte interna;

5.1.2.5. Fechamento: Por meio de um zíper com comprimento de 650 a 700mm, em cadaço 100% poliéster e espiral em poliéster ou náilon, na cor da lona, com cursor e puxador para cadeado em metal, aplicado na parte superior (topo) e parte da laterais, centralizado no fole expansivo;

5.1.2.6. Visor: Moldura em couro ou courvim, em peça inteiriça, visor em PVC transparente nas dimensões 100x70mm (CxA), com uma abertura para inserção de papeleta, posicionada no centro do quadrante inferior esquerdo;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E ELEIÇÕES
COORDENADORIA DE ELEIÇÕES

5.1.2.7. Ferragem: Meia-argola soldada, com acabamento em aço niquelado aplicada próximo à terminação do zíper através de cadarço de algodão de 25mm na cor da lona, costurado com reforço de couro;

5.1.2.8. Personalização: Na face onde se encontra o visor, através de impressão serigráfica na cor branca, com a inscrição "TRE-RN" em caixa alta, fonte Arial Black, com altura de 40mm, aplicada no quadrante superior esquerdo, e com a inscrição "USO EXCLUSIVO EM SERVIÇO", em duas linhas, caixa alta, fonte Arial, com altura de 15mm, no quadrante superior direito;

5.2. A solicitação de amostra poderá se dar tanto no transcorrer da licitação quanto por ocasião do fornecimento, ficando este condicionado à aprovação da amostra pelo TRE/RN.

5.2.1. O envio da amostra correrá às expensas do fornecedor no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a partir da solicitação do TRE. Prazo de entrega: 30 (trinta) dias corridos.

5.3. No que diz respeito aos critérios de sustentabilidade, devem ser atendidos tanto os que eventualmente estiverem inseridos na descrição do objeto, quanto os seguintes requisitos:

5.3.1. O material ofertado deverá ser acondicionado, preferencialmente, em embalagem adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

5.3.2. A comprovação das práticas de sustentabilidade poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências deste Estudo Preliminar.

5.3.3. Em caso de inexistência de certificação que ateste a adequação, o Contratante poderá, antes da contratação, realizar diligências para verificar a adequação do produto às exigências do ato convocatório, correndo as despesas por conta da licitante selecionada. Caso não se confirme a adequação do produto, a proposta selecionada será desclassificada.

5.4. A empresa que vier a celebrar a contratação com o Tribunal deverá prover solução no sentido de entregar o material relacionado nas dependências da Seção de Gestão de Materiais, tomando por base requisitos mínimos de qualidade, de desempenho, de padronização e de sustentabilidade, de modo a possibilitar a entrega de materiais duráveis para atender às rotinas administrativas, buscando sempre a proposta mais vantajosa para suas características.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E ELEIÇÕES
COORDENADORIA DE ELEIÇÕES

5.5. Os presentes Estudos Técnicos Preliminares observam as orientações e normas voltadas à sustentabilidade ambiental, inclusive quanto ao descarte do material. Para esta contratação consideramos opções disponíveis no mercado com materiais mais sustentáveis, menor consumo de recursos e matérias primas, uso de fontes renováveis, ausência ou menor índice de componentes tóxicos ou danosos ao meio ambiente. A busca pela sustentabilidade está com seu foco principal na redução dos materiais, na instituição para otimização de sua utilização, sem desperdícios, sem sobras e sem estoques desnecessários.

5.6. As contratações públicas sustentáveis têm relação com o ODS 12 ONU – “Assegurar padrões de produção e consumo sustentáveis”, em sua meta nº 7, que é a de “promover práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais”.

5.7. A licitação sustentável é uma solução para integrar considerações ambientais e sociais em todos os estágios do processo da compra e contratação dos agentes públicos com o objetivo de reduzir impactos à saúde humana, ao meio ambiente e aos direitos humanos; permite o atendimento das necessidades específicas dos consumidores finais por meio da compra do produto que oferece o maior número de benefícios para o ambiente e a sociedade.

5.8. Requisitos normativos importantes:

5.8.1. Instrução Normativa MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010 - Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências;

5.8.2. Lei nº 12.305/2010 – Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, dispondo sobre seus princípios, objetivos e instrumentos, bem como sobre as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluídos os perigosos, às responsabilidades dos geradores e do poder público e aos instrumentos econômicos aplicáveis;

5.8.3. Decreto nº 10.936/2022 – Regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

6. Estimativa das quantidades a serem contratadas

6.1. A quantidade estimada se baseia nas informações prestadas pelas zonas eleitorais, através de formulário Google, anexo, da necessidade de aquisição e substituição para as suas seções eleitorais,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E ELEIÇÕES
COORDENADORIA DE ELEIÇÕES

além do quantitativo projetado para o aumento de seções eleitorais no Estado e a quantidade de pessoal de apoio logísticos convocados por cada zona eleitoral, totalizando, assim, 3.314 (três mil trezentos e quatorze) pastas.

7. Estimativa do valor da contratação

7.1. O orçamento para as Eleições 2024, informado no PCA sob o código da demanda MAT.POE_24.11, disponibiliza o valor de R\$108.000,00 (cento e oito mil reais). Tal valor encontra-se na planilha do PCA 2024 aprovado por meio da Portaria TRE/RN nº 196/2023 - GP.

8. Justificativas para o parcelamento ou não da solução

8.1. Não há a possibilidade para o parcelamento dos itens, tendo em vista que se trata de contratação de apenas um item.

9. Contratações correlatas e/ou interdependentes

9.1. No presente caso, não se aplicam contratações correlatas ou interdependentes para essa finalidade.

10. Alinhamento entre a contratação e o Plano de Contratações Anual – PCA

10.1. Os Estudos em referência estão alinhados ao Plano de Contratações Anual 2024 (MAT.POE_24.11), notadamente com o Objetivo Estratégico “Aperfeiçoamento da gestão do processo eleitoral”, constante do Planejamento Estratégico da Justiça Eleitoral do RN 2021-2026, com vistas a aprimorar o processo de planejamento de gastos, otimizar os recursos e mitigar os desperdícios, bem assim como melhorar a política de compras. A presente demanda também causa impacto nos índices de execução orçamentária e de aderência ao plano de contratações anual.

11. Resultados pretendidos, em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E ELEIÇÕES
COORDENADORIA DE ELEIÇÕES

11.1. A Administração Pública busca a qualidade na compra de materiais, de modo a atender às necessidades na realização de suas atividades com o melhor preço e aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros. Além disso, procura manter as condições ideais de contratação, a fim de evitar ocorrências e morosidade que possam gerar prejuízo aos serviços prestados, através de clareza na descrição minuciosa do material solicitado e na definição do modo de contratação mais adequado ao objeto.

11.2. Um fator importante nesse processo é a sustentabilidade, de fundamental necessidade, na medida em que cria condições favoráveis à sua utilização adequada, programada e equilibrada.

11.3. No que pertine ao desenvolvimento nacional, especificamente da contratação, tem-se que as empresas que irão cotar os preços e participar da licitação, nos termos da legislação vigente, possuem base territorial no país, tendo em vista não se tratar de insumo importado. Além do mais, essa contratação repercutirá diretamente na receita da empresa e, em consequência, promoverá desenvolvimento econômico e sustentável.

12. Providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato

12.1 Não há providências a serem adotadas pela Administração a não ser as de praxe, como a indicação de servidores para atuarem na equipe de fiscalização da contratação.

13. Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras

13.1 A contratação não é geradora de impacto ambiental significativo, visto que, para sua guarda e conservação, não há alto consumo de energia, lançamento de esgoto sanitário, descarte de resíduos perigosos, não recicláveis ou orgânicos, poluição sonora etc., de sorte que os presentes Estudos Técnicos Preliminares observam as orientações e normas voltadas à sustentabilidade, inclusive quanto ao descarte do material.

13.2 Para esta contratação, foram consideradas opções disponíveis no mercado com materiais mais sustentáveis, menor consumo de recursos e matérias primas, uso de fontes renováveis, ausência ou menor índice de componentes tóxicos ou danosos ao meio ambiente.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E ELEIÇÕES
COORDENADORIA DE ELEIÇÕES**

14. Posicionamento conclusivo sobre a viabilidade e razoabilidade da contratação.

14.1 A Equipe de Planejamento da Contratação declara que a contratação sugerida nesses Estudos Técnicos Preliminares é viável, tendo os procedimentos alinhados ao plano de contratações anual do Tribunal, visa garantir maior vida útil ao objeto e já foi adotada com sucesso pelo TRE/RN em anos anteriores.

Natal/RN, 20 de maio de 2024

Maria Teresa Farache Porto
Integrante Demandante

Karina Flávia Pedrosa Santos
Integrante Técnico